



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

MARÍLIA SILVA DAS NEVES

BRASÍLIA:
CONTRADIÇÃO E UTOPIA

BRASÍLIA-DF

2024

CIP - Catalogação na Publicação

SS586b SILVA DAS NEVES, MARÍLIA.
BRASÍLIA: CONTRADIÇÃO E UTOPIA / MARÍLIA SILVA DAS NEVES;
orientador MARIA CECÍLIA PEDREIRA DE ALMEIDA; co-orientador
PRISCILA ROSSINETTI RUFINONI. -- Brasília, 2024.
28 p.

Monografia (Graduação - FILOSOFIA (LICENCIATURA)) --
Universidade de Brasília, 2024.

1. BRASÍLIA. 2. UTOPIA. 3. SEGREGAÇÃO. 4. DESIGUALDADE.
I. PEDREIRA DE ALMEIDA, MARIA CECÍLIA, orient. II.
ROSSINETTI RUFINONI, PRISCILA, co-orient. III. Título.

MARÍLIA SILVA DAS NEVES

Brasília:
Contradição e utopia

Monografia apresentada ao Departamento de
Filosofia da Universidade de Brasília como requisito
parcial para obtenção do título de licenciada em
Filosofia.

Orientação: Maria Cecília Pedreira de Almeida

BRASÍLIA-DF

2024

Aos meus avós (in memoriam), candangos que transformaram concreto, tijolo e vidro na invenção dos criadores de Brasília.

AGRADECIMENTOS

Meus mais sinceros agradecimentos àqueles que foram meus professores de Filosofia, História e Sociologia do CEM 01 de Planaltina (Centrão): Bianca Machado, Tiago Rocha, Leidiane Lopes, Diane Heger e Carlos Augusto. Vocês sempre serão pilares sólidos da minha educação e espelhos para a profissão que escolhi. Agradeço especialmente à professora Bianca, que foi minha supervisora no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e no Estágio Obrigatório. Obrigada pela acolhida e pela liberdade que me concedeu quando estive à frente das suas turmas no CEM 02 de Planaltina.

Dentre tantas pessoas que contribuíram para que este trabalho se concretizasse, devo agradecer de modo especial às professoras Maria Cecília Pedreira de Almeida e Priscila Rossinetti Rufinoni.

Às minhas alunas do pré-vestibular, Cecília Araújo, Kamila Guimarães e Pamela Martins, hoje estudantes de graduação na UnB.

À psicóloga Maria Luiza Fagundes, que me acompanhou, incentivou e realizou tantas outras coisas que não caberiam aqui.

Dedico grande parte da minha gratidão ao meu companheiro, Gabriel de Sousa, que conheci durante a graduação. Muito do que escrevi neste trabalho teve como base nossas longas conversas sobre a história de Brasília. Obrigada por ter me tolerado durante a realização deste trabalho.

Agradeço à minha mãe, Andréia, pelo cuidado e por todo o esforço que sempre dedicou à minha formação, por sempre insistir na minha vida acadêmica e depositar sua fé em mim. Da mesma forma, agradeço à minha irmã, Gabrielle, ao meu pai, Marcelo, e à minha querida tia Cleide. Obrigada por sempre apoiarem meu sonho de ser professora e por se orgulharem de mim por isso.

Não poderia deixar de agradecer à minha avó, Dona Antônia (in memoriam). Ela não compreendia o que é a Filosofia, mas entendia a importância do estudo, algo de que teve tão pouco devido à desigualdade que enfrentou por ser uma mulher camponesa do interior do Nordeste. Eu gostaria de poder agradecê-la em vida por todos os dias em que, mesmo com a saúde debilitada, mudava sua rotina para cuidar do meu almoço antes da escola.

Dedico este trabalho à sua memória e à memória de todos os candangos que vieram de diversas regiões do país, trazendo poucos pertences e pouco dinheiro, viajando por dias sem rumo até o que seria a capital federal, em busca de oportunidades.

*“A favela é o quarto de despejo de uma cidade.
Nós, os pobres, somos os trastes velhos.”
(Carolina Maria de Jesus)*

RESUMO

O tema desta monografia é a cidade. As perguntas que fundamentam o trabalho foram feitas não para se obter uma resposta final, mas para refletir sobre um dos conflitos presentes na capital brasileira. As questões foram: Quais eram os sentidos filosóficos do projeto de Brasília? E como estes sentidos se perderam no tempo e no espaço, forjando uma realidade tão fragmentada e distantes do ideal? Por outras palavras, busca-se pensar a respeito de uma das contradições de Brasília, cujo planejamento entra em conflito com a prática da gestão nas Regiões Administrativas. O objetivo deste trabalho, portanto, é desenvolver esse problema. Observar-se-á aqui a lógica e as intenções do planejamento original da cidade, sob o referencial da *Carta de Atenas*, marco fundamental do movimento do urbanismo moderno, e do *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Depois, serão analisados os sentidos filosóficos do movimento urbanístico, com apoio na problematização feita pelo geógrafo britânico David Harvey. A concepção da cidade tem como base a manifestação de uma tensão entre valores do humanismo e dinâmicas presentes na lógica do capitalismo. Logo, será apresentado o conceito de utopia, criado pelo filósofo britânico Thomas More, central para compreender essa tensão, bem como as demais referências teóricas relacionadas diretamente ao tema. Procura-se mostrar que o desenrolar da urbanização de Brasília se encarregou de negar a igualdade pretendida durante o seu planejamento, apresentando determinadas relações sociais que excluem grande parte da população do direito à cidade e produzem um lugar disposto a partir da lógica da segregação.

Palavras-chave: Brasília; utopia; segregação; desigualdade.

ABSTRACT

The theme of this thesis is the city. The guiding questions of this work are not aimed at finding definitive answers but rather at exploring one of the conflicts present in Brazil's capital. The questions are: What were the philosophical intentions behind the Brasília project? And how did these intentions become lost over time and space, shaping a reality that is fragmented and far removed from the ideal? In other words, this study seeks to examine one of Brasília's contradictions, where the city's planning conflicts with management practices in the Administrative Regions. The objective, therefore, is to explore this issue in depth. This study will look at the logic and intentions of the city's original planning through the framework of the Athens Charter, a foundational document for modern urbanism, and Brasília's Pilot Plan Report. Following this, the philosophical aspects of the urban movement will be analyzed, drawing on insights from British geographer David Harvey. The conception of the city is based on the tension between humanist values and the dynamics of capitalist logic. Consequently, the concept of utopia, as proposed by British philosopher Thomas More, will be presented as central to understanding this tension, alongside other theoretical references directly related to the topic. This work aims to show that Brasília's urbanization process ended up contradicting the equality originally envisioned in its planning, establishing social relations that exclude much of the population from their right to the city and producing a space shaped by segregationist logic.

Keywords: Brasília; Utopia; segregation; inequality.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO | 10 |
| 2. NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO DE BRASÍLIA | 12 |
| 2.1 Cidade Inventada | 12 |
| 2.2 Humanismo vs. Modernismo | 14 |
| 3. CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE NOVA | 17 |
| 3.1 As ideias fora do lugar | 17 |
| 3.2 Utopia | 20 |
| 4. CONCLUSÃO | 23 |
| 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 26 |

1. INTRODUÇÃO

Quais eram os sentidos filosóficos do projeto de Brasília? E como estes sentidos se perderam no tempo e no espaço forjando uma realidade tão fragmentada e distante do ideal? Essas são algumas perguntas básicas que podem ser feitas à proposta desta monografia filosófica. Antes, para pensar a relação que pode ser estabelecida entre a filosofia e a cidade, é possível pensar que a filosofia, desde Aristóteles, apresenta a cidade como uma condição necessária para a compreensão da política, da relação com os outros e da existência humana, uma vez que esta não tem sentido fora da *polis*.

Do mesmo modo, outros filósofos também estabeleceram conexão com a cidade. É o que fez Thomas More (1478-1535), por exemplo. Considerado um dos grandes humanistas do Renascimento, em sua obra política *Utopia* (1516), o filósofo britânico criou um lugar cujos alicerces são a igualdade e a dignidade. Seus habitantes vivem pelo bem comum, em harmonia, dedicados ao trabalho, ao lazer e à prática das virtudes. Assim é *utopia* — do grego *ou*: advérbio de negação, e *topos*: lugar (significando literalmente “lugar nenhum”), mas que poderia ser também *eutopia*, do grego *eu*: que remete à ideia de bem e, em um certo sentido, significa lugar-comum de todos —, um lugar criado por More após observar como o sistema econômico-político de seu tempo promovia todas as formas de empobrecimento e exclusão social. A partir desta comunidade imaginada, ele propõe o exercício de expor as contradições, os conflitos e problemas da sociedade.

Dessa maneira, ao imaginar uma cidade sem desigualdades, a alegoria de More inspira reflexões sobre projetos de sociedade ao longo da história. É evidente que a sistemática concentração de recursos e serviços em determinadas áreas, em detrimento de outras, reproduz desigualdades sociais e contradiz o ideal de uma cidade para todos. A comparação entre Utopia e as cidades reais, convida, portanto, a uma reflexão acerca das dinâmicas urbanas contemporâneas.

As considerações que se seguem exploram essas possibilidades de análise para o caso específico de Brasília. Tais problemas são concretos e evidentes na capital brasileira.

O primeiro ponto a ser analisado versa sobre o planejamento de Brasília, que apontava, em um primeiro momento, para um lugar onde o contato e a ação em conjunto no espaço público seriam estabelecidos, bem como as relações de cooperação e solidariedade comunitárias. Serão considerados, pois, os sentidos filosóficos do planejamento da cidade. O segundo trata e procura refletir sobre a prática da gestão urbana, que gerou, no entanto, contrastes com o projeto original. Decerto, a cidade apresenta processos sociais desiguais: entre o Plano Piloto e as cidades-satélites¹ as relações de seus cidadãos se dão pela desigualdade e pela segregação.

Esse processo tem início uma vez que se cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em setembro de 1956, e começam a ser implantados serviços e infraestruturas básicas que reforçam o poder de atração da nova cidade. De tal forma, em um clima de euforia e expectativa, chegavam ao local em busca de emprego os primeiros candangos — como ficaram conhecidos os trabalhadores oriundos de diversas regiões do país, sobretudo do Norte e do Nordeste, que, em sua maioria, traziam poucos pertences e pouco dinheiro, viajando por dias rumo ao que seria a capital federal em busca de oportunidades. Contudo, por causa do conflito entre a concentração de atividades e infraestrutura no centro urbano e a tendência contrária de dispersão das classes populares para a periferia, a prática do gerenciamento da construção de Brasília acabou por negar tanto a lógica do crescimento urbano quanto a permanência desses trabalhadores e das cidades-satélites. Essas últimas, aliás, passaram a ser reiteradamente vistas como uma “deturpação do plano original” (Peluso; Cidade, 2002, p. 17-18). Dessa maneira, muitas dessas localidades tiveram uma urbanização precária, típica das periferias brasileiras, que contrasta com o planejamento do Plano Piloto².

É crucial considerar em que medida uma cidade planejada conforme os ideais de uma cidade para todos se apresenta desigual e segregada. Quais eram os sentidos filosóficos do projeto de Brasília? Como compreender a cidade agora, tendo em vista o seu projeto original e o que se vê no espaço em movimento?

Observar-se-á aqui a lógica e as intenções do planejamento de Brasília, bem como o desenrolar de sua urbanização. Esses acontecimentos, decerto, desapareceram com as formas

¹ As cidades-satélites correspondem às regiões administrativas (RAs) do Distrito Federal (DF) localizadas ao redor de Brasília. O termo “cidade-satélite” foi empregado até 1998, quando o então governador Cristovam Buarque vetou seu uso. A partir dessa data, as regiões passaram a ser chamadas pelos seus nomes específicos e são reconhecidas oficialmente como RAs. Essa denominação permanece no texto como uma forma de destacar a ausência de autonomia política dessas regiões, além de refletir seu papel como cidade-dormitório, onde vivem muitos dos trabalhadores que se deslocam diariamente para a capital.

² Área que corresponde ao centro urbano da capital da República.

humanistas, progressivamente engolidas pela dinâmica do capitalismo. As relações sociais se apresentam de tal forma que grande parte da população trabalhadora é excluída do direito à cidade.

Estes são os tópicos investigados ao longo do trabalho, baseados em uma revisão bibliográfica de textos de diferentes vertentes teóricas, especialmente da filosofia política e de outras que estão relacionadas diretamente ao tema. O texto propõe análises que percorrem a geografia, passam pelas ciências sociais e pela metodologia marxista do materialismo histórico-dialético.

2. NOTAS SOBRE O PLANEJAMENTO DE BRASÍLIA

2.1 Cidade inventada

[Brasília] [...] seria racional e igualitária: morariam na mesma quadra o senador e seu motorista; o ministro e seu copeiro.
(Peluso; Cidade, 2002, p. 22).

O planejamento e a construção de Brasília, durante o final da década de 1950, ocorreu em um contexto histórico marcado pela busca por modernização e pelo ideal de progresso. Juscelino Kubitschek assumiu a Presidência da República consoante as tendências desenvolvimentistas da época, fazendo da cidade a síntese do seu plano de governo. A escolha de uma estética moderna, com a assinatura de Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, não foi uma escolha aleatória. Brasília foi concebida refletindo as utopias de autossustentação e independência que se manifestaram na política e na cultura brasileira (Maricato, 1997, p. 37), e materializando as ideias de progresso e modernização que permeavam a sociedade da época.

Por outras palavras, os princípios que orientaram a concepção da nova capital encontravam suas raízes no ideal do urbanismo modernista, “que tinha no uso da técnica e da razão seu fundamento conceitual” (IPHAN, 2018, p. 8). A *Carta de Atenas*, marco fundamental desse movimento, consolidou as discussões que vinham sendo feitas no período. Ela propunha, de modo geral, a organização das cidades em quatro funções fundamentais: habitação, lazer, trabalho e circulação.

É através da lógica da cidade funcional e do urbanismo moderno que o movimento considera como aposta para as cidades “o caráter de uma empresa estudada de antemão e submetida ao rigor de um plano geral” (CIAM, 1933, p. 32). Segundo a *Carta de Atenas*³ (1933, p. 32), “sábias previsões terão esboçado [...] [o] futuro [das cidades], descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu excesso”. A cidade, portanto, “subordinada às necessidades da região, destinada a enquadrar as quatro funções-chaves, [...] não [seria] mais o resultado desordenado de iniciativas acidentais” (CIAM, 1933, p. 32).

Apesar disso, Lúcio Costa, no *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, propõe também outros aspectos que não apenas a funcionalidade da cidade. O urbanista, responsável pelo conceito do Plano Piloto, considera que a convivência entre as diferentes classes sociais seria um pilar fundamental para a construção de uma cidade igualitária. Segundo ele (2018, p. 38), o espaço das superquadras — setores residenciais onde está alocada a vida cidadina da capital — e o requinte das suas construções, poderiam variar, fazendo com que tivessem valores distintos. Isso permitiria, na concepção dele (2018, p. 38): “a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação”. Conforme o seu planejamento (2018, p. 38), dever-se-ia:

[...] Impedir a enquistação de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população.

Melhor dizendo, o desenvolvimento do conceito concebido por Lúcio Costa apresentava um plano cujo resultado seria a “harmonia de exigências de aparência contraditória” (2018, p. 40). Essas contradições trariam à cidade uma conformação “monumental [e] também cômoda. [Seria] ao mesmo tempo derramada e concisa, bucólica e urbana, lírica e funcional” (IPHAN, 2018, p. 40). Além disso, segundo o urbanista (2018, p. 29), o planejamento visava a uma harmonia entre as práticas sociais que ocorrem entre a “*urbs*”, a cidade do cotidiano, e a “*civitas*”, a cidade simbólica:

[Brasília] deve ser concebida não como simples organismo capaz de preencher satisfatoriamente e sem esforço as funções vitais próprias de uma cidade moderna qualquer, não apenas como *urbs*, mas como *civitas*, possuidora dos atributos inerentes a uma capital.

³ Resultado do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) de 1933.

O projeto original de Brasília tinha como objetivo uma harmonia entre a ideia de *polis* e a ideia de *urbe*: não somente a cidade, com suas construções físicas, mas também como espaço político e social, um lugar onde o contato e a ação comum seriam estabelecidos, cujo modelo envolve diferentes graus de utopia, no sentido de um projeto de sociedade ideal perfeita, onde todos experimentariam algum nível de igualdade e viveriam em harmonia.

Esses são, em suma, alguns dos princípios que orientaram o planejamento da nova capital do Brasil. Os aspectos do urbanismo moderno se mostram contingentes às intenções de solidariedade política e social imaginadas por Lúcio Costa.

Hoje, a cidade decorrente deste projeto encontra-se consolidada, urbanisticamente pujante, com suas virtudes, talvez, mas, certamente, com suas contradições, seus conflitos e problemas. Uma vez que é no espaço urbano onde a necessidade constante do capital de se destruir para se reconstruir novamente, para a busca da realização contínua do lucro, ocorre, por conseguinte, uma transformação da cidade (Peluso; Cidade, 2002, p. 15-16). Essa transformação pode ser realizada por meio de processos espaciais específicos, dentre os quais a segregação é um deles (2002, p. 16). Logo, neste caso, a segregação pode ser explicitada como

a reprodução sobre o território da divisão social do trabalho, dando destaque para a intervenção do Estado no ordenamento do espaço urbano, em parceria com as frações hegemônicas e dominantes do capital, as quais contribuem para manter uma dispersão controlada das frações da classe trabalhadora, dentro do processo de reprodução das relações sociais, constituindo uma relação contraditória entre centro/periferia urbana (Schaeffer, 2003, p. 3).

Um exemplo disso é que a cidade, apesar de ter sido planejada para estabelecer uma convivência social harmônica, evitando, dessa forma, segundo Lúcio Costa, uma estratificação indesejada, é, na realidade, desigual e segregada. As intenções do seu projeto não impediram a formação de favelas, tanto na periferia urbana quanto na rural. Muitas delas tiveram, inclusive, uma urbanização precária, típica das periferias brasileiras, que contrasta com o planejamento do Plano Piloto.

É crucial considerar, portanto, em que medida uma cidade planejada conforme os ideais de uma cidade para todos se apresenta desigual e segregada. Quais eram os sentidos filosóficos do projeto de Brasília?

2.2 Humanismo vs. Capitalismo

Em certo nível de abstração, ao observar os sentidos filosóficos do urbanismo moderno, conforme Marília Luiza Peluso e Lúcia Cony Faria Cidade, professoras da Universidade de Brasília (UnB), é possível compreender que “processos contemporâneos em grandes cidades” apresentam certa “apropriação e redefinição de valores humanistas do iluminismo pelo capitalismo em fase de consolidação e expansão” (2002, p. 5-6). Consoante a análise das professoras (2002), o contexto material e ideológico em que o urbanismo moderno se insere é aquele que visa à dominação total do espaço e do conjunto de formas urbanas. Em certo sentido, o germe de discursos como esse são encontrados ao longo do pensamento Iluminista, porque “a visão de dominação da natureza, em particular [mas não restrita a ela], estaria ligada ao duplo ideal do [movimento filosófico] de emancipação humana e auto-realização” (2002, p. 7), que, na sua face humanista, procurava no desenvolvimento científico a finalidade desses ideais⁴, mas, tal discurso, quando capturado pela lógica do capitalismo em fase de consolidação e expansão, fica em segundo plano (2002, p. 6). Peluso e Cidade (2002, p. 6-7) explicam, dessa forma, que:

São inegáveis as notáveis conquistas da ciência e da tecnologia modernas, a partir do grande salto de conhecimento que emergiu no século XVI. No entanto, o conhecimento tem sido utilizado para perpetuar um modelo de profunda desigualdade, no qual as relações de dominação parecem predominar. Essas diferenças expressam-se tanto nas relações sociedade-natureza como nas relações sociais.

Efetivamente, a origem da ciência moderna está intrinsecamente ligada a uma complexa relação com o espaço natural. É com Descartes, por exemplo, que o saber científico “torna o [ser humano] mestre e dominador da natureza” (Japiassú; Marcondes, 1996, p. 43). Para situar a discussão sob uma perspectiva dialética, Peluso e Cidade usam como referência o geógrafo britânico David Harvey, em sua obra *Condição pós-moderna* (1998). Nela, o teórico argumenta que essa relação não era meramente uma busca por emancipação, mas sim uma tentativa de submeter a natureza às necessidades e interesses humanos, refletindo valores capitalistas (Harvey, 1998 apud Peluso; Cidade, 2002, p. 7).

O domínio científico da natureza, de acordo com ele (1998 apud 2002, p. 7), prometia à humanidade a possibilidade de se libertar da escassez e das calamidades naturais,

⁴ Os próprios humanistas do movimento intelectual que surgiu no Renascimento já haviam inaugurado uma tradição de confiança na razão e no espírito crítico.

proporcionando um controle mais eficaz sobre o ambiente. Simultaneamente, a adoção de formas racionais de organização social seria uma maneira de superar o abuso do poder, além de enfrentar o lado obscuro da natureza humana (1998 apud 2002, p. 7). Através do conhecimento, seria possível não apenas oferecer conforto e proteção à humanidade, mas também promover escolhas políticas mais conscientes e direcionadas a um desenvolvimento humano coletivo (1998 apud 2002, p. 8).

Além disso, a incapacidade de a sociedade realizar o seu potencial conforme os valores humanistas é tema de reflexão desenvolvida por Theodor Adorno e Max Horkheimer, na obra *Dialética do esclarecimento* (1985). Nela, os filósofos fizeram uma espécie de análise genealógica do Esclarecimento, movimento filosófico que — assim como o Iluminismo — considerava que o ser humano poderia se emancipar através da busca da razão e do saber. Nessa procura, constatou-se que o conhecimento e a ciência contribuiriam para tornar mais intensas as relações de poder e dominação.

Voltando às circunstâncias materiais e ideológicas em que o urbanismo moderno se insere, Harvey (1998 apud Peluso; Cidade, 2002, p. 9) finaliza a contextualização das relações entre modernidade, iluminismo e urbanismo. Ele sustenta que o alto modernismo — que, como vimos, tem suas raízes filosóficas no iluminismo —, entre 1945 e 1975 adquire características próprias, estabelecendo uma relação confortável com os centros de poder políticos e econômicos dominantes:

As práticas modernistas, [...], seriam parte de uma sociedade na qual revelou-se o domínio da versão capitalista do antigo projeto Iluminista. O projeto original do esclarecimento buscava o desenvolvimento para o progresso e emancipação humana. [...] No entanto, com o modelo Fordista-Keynesianista reforçou-se a crença em progresso linear e em verdades absolutas. Essas seriam aliadas ao planejamento racional de ordens sociais ideais, sob condições padronizadas de conhecimento e produção. [...] O modernismo resultante foi eminentemente positivista, tecnocêntrico e racionalista, obra de uma elite (HARVEY, 1998 apud 2002, p. 9-10).

Ou seja, enquanto o Iluminismo buscava o progresso e a emancipação humana por uma racionalidade crítica e pelo avanço do conhecimento, o modernismo capitalista transformou essa busca em uma crença e em um progresso linear e inevitável, sustentado por verdades absolutas e por um planejamento racional. Essa racionalidade, em vez de promover a libertação e a criatividade, tornou-se um instrumento de padronização e controle social.

O teórico observa, pois, que, enquanto as economias europeias estavam se modernizando, a política e o comércio internacionais estabeleceram-se como processos democráticos de “modernização” para um “Terceiro Mundo atrasado” (Harvey, 1998, apud

PELUSO; CIDADE, 2002, p. 10), ignorando frequentemente as realidades e necessidades locais. Esse cenário resultou em uma visão de modernização que muitas vezes não levou em consideração as complexidades e diversidades das sociedades ocidentalizadas.

O descolamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e a realidade dos processos urbanos no Brasil são resumidas, na tradição crítica brasileira, como “as ideias fora do lugar”.

3. CONTRADIÇÕES DE UMA CIDADE NOVA⁵

3.1 As ideias fora do lugar⁶

O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de negar a igualdade pretendida de juntar na mesma superquadra, num mesmo tipo de apartamento, o candango (operário de construção) e o senador da República. A segregação entre a cidade oficial e a periferia é mais forte do que em qualquer outra cidade brasileira.
(MARICATO, 1997, p. 37-38).

As contradições entre o planejamento e a prática da gestão urbana em Brasília são conflitos que não estão fora dos aspectos da história das cidades. O urbanismo que se consolidou durante o século XX no Brasil, é aquele que a professora e arquiteta Ermínia Maricato (1997, p. 30) chama de “modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem [apenas a] cidade oficial”. De acordo com ela (1997, p. 30), isso resulta numa “segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos”.

Quer isto dizer que o planejamento urbano brasileiro, segundo o “modernismo ou a racionalidade burguesa”, quando analisado sob a evolução do espaço e da *práxis* social, se

⁵ Nome que dá título ao documentário dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, sobre Brasília. O documentário questiona se uma cidade planejada, símbolo do desenvolvimento nacional na época, reproduzia a desigualdade social que existia nas metrópoles brasileiras.

⁶ “As ideias fora do lugar” é uma expressão cunhada pelo crítico literário Roberto Schwarz e dá título a um ensaio que já se tornou clássico entre as reflexões desenvolvidas sobre a sociedade brasileira.

compromete apenas com a ordem que diz respeito a uma parte da cidade, o que Maricato chama de cidade oficial, enquanto a outra, a chamada cidade ilegal, segue sem planejamento, nem ordem (Maricato, 2000, p. 121-122).

Em primeiro lugar: segundo a professora (2000, p. 123), foi, efetivamente, “a matriz de planejamento urbano modernista (...) que orientou o crescimento das cidades dos países centrais do mundo capitalista”. Quando se trata do processo de planejamento urbano no capitalismo periférico, como é o caso do Brasil, ela analisa que uma das especificidades que o caracterizam é a sua aplicação a apenas uma parte das grandes cidades: na cidade oficial. De tal forma, a adoção de modelos do “primeiro mundo” resultou em uma modernização parcial e excludente nas cidades brasileiras: “a importação dos padrões do chamado ‘primeiro mundo’, aplicados a uma parte da cidade (ou da sociedade) contribuiu para que a cidade brasileira fosse marcada pela modernização incompleta ou excludente” (2000, p. 123).

Logo, a especificidade da periferia capitalista é destacada sob uma racionalidade burguesa que não se realiza. Maricato (2000, p. 124) se refere a um processo político e econômico que, como se pode ver no Brasil, “construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista (...), importante instrumento de dominação ideológica: (...) ele contribuiu para ocultar a cidade real (...)”.

A sua conclusão (2000, p. 125) é a de que não é por falta de planejamentos urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é, também, devido à má qualidade desses planos, mas, porque seu caráter se molda ao passo dos interesses de pequenos grupos políticos, que ignoram a maioria da população: “o resultado é: planejamento urbano para alguns, (...) lei para alguns, modernismo para alguns, cidadania para alguns” (2000, p. 125).

Em segundo lugar: consoante à professora (1997, p. 37-39), a construção de Brasília exemplifica esse fenômeno. O ideário do urbanismo moderno e da cidade funcional consolidou um conjunto de “ideias fora do lugar”, refletindo contradições entre o planejamento e a prática da gestão urbana.

Certamente que o plano de Brasília foi desenvolvido rompendo com os padrões urbanísticos usuais, mas, como lembra a professora (1997, p. 37), isso não desobrigou o generoso projeto de negar “a lógica do crescimento urbano”. A ideia de que a sede federal deveria substituir a desordem espacial, visando a limitação prévia do excesso populacional é, como vimos, uma das apostas da *Carta de Atenas* para o urbanismo moderno. Porém, segundo as professoras Peluso e Cidade (2002, p. 17), uma vez que se cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em setembro de 1956, “a centralidade urbana aparece de imediato”.

Na verdade, o processo de modernização que atravessou o Brasil entre as décadas de 1940 e 1960 já proporcionava um crescimento urbano que se deu principalmente pela migração interna do país. Partindo, sobretudo, do Norte e do Nordeste, uma imensa massa buscava trabalho nas cidades (Maricato, 1997, p. 35 e Codeplan, 1969, p. 10-11). Com a fundação de Brasília, se formam polos de atração de mão de obra que a figuraram como um dos centros de recepção fundamentais da população migrante.

Começam, assim, a serem implantados serviços e infraestruturas básicas que ajudaram a reforçar o poder de atração de Brasília. De tal forma que as “pessoas chamavam seus parentes, jornais chamavam pessoas e todos acenavam justamente com os elementos da centralidade: empregos, renda (...)” (Peluso; Cidade, 2002, p. 18). A atração populacional que Brasília exerceu se transformou, enfim, em um problema social, porque a dinâmica da economia urbana não absorveu adequadamente a mão de obra que chegou para construí-la.

Paralelamente, em um clima de euforia e expectativa, chegavam ao local em busca de emprego os primeiros candangos — como ficaram conhecidos os trabalhadores oriundos de diversas regiões do país, sobretudo do Norte e do Nordeste, que, em sua maioria, traziam poucos pertences e pouco dinheiro, viajando por dias rumo ao que seria a capital federal em busca de oportunidades. Ernesto Silva, que dirigiu a Novacap, em seu livro *História de Brasília*, mostra que a ocupação de espaços por essa população constituía-se em desordem:

A cada dia, novas levas aqui desembarcavam. A construção de acampamentos de madeira não podia mais atender a demanda. Passou, então, essa multidão a se alojar em torno dos acampamentos, ao longo da Avenida W/3 e nas imediações do Núcleo Bandeirante (Silva, 1971, p. 230, *apud* Peluso; Cidade, 2002, p. 20).

Quer isto dizer, ao menor sinal de responsabilidade do Estado em relação à mão de obra não absorvida pelas especificidades do planejamento urbano modernista, a satisfação da necessidade de residir desses trabalhadores foi resolvida de forma improvisada. Eles ocuparam o centro urbano, construindo suas moradias sem planejamento, resultando na marginalização e na criação de áreas desordenadas. A resposta para esses migrantes foi a segregação, pela criação das cidades-satélites, núcleos urbanos localizados próximos ao Plano Piloto, e cuja função era atuar unicamente como cidades-dormitório. Aceitando que a mudança urbana se dá, neste cenário, pela incessante demanda do capital de se renovar através da destruição e reconstrução, com o objetivo de garantir a constante obtenção de lucro, e que essa modificação pode ocorrer por meio de dinâmicas espaciais específicas, sendo a segregação uma delas, em casos como este, “populações residentes, em geral pobres, são [com efeito] expulsas das áreas

[desenvolvidas], para dar lugar a residências de luxo ou escritórios” (Peluso; Cidade, 2002, p. 16). Portanto, o importante é compreender “que o conflito, evidentemente, não cessou, porque a centralidade dos empregos e das atividades continuou e se descentralizou apenas a moradia de parte da população” (2002, p. 20).

A prática do gerenciamento da construção de Brasília negou a permanência desses trabalhadores e das cidades-satélites, que passaram a ser reiteradamente denominadas de “deturpação do plano original” (2002, p. 17-18). Conforme lembra a professora Ermínia Maricato (1997, p. 37):

O desenrolar dos acontecimentos se encarregou de negar a igualdade pretendida de juntar na mesma superquadra, [...] o candango (operário de construção) e o senador da República. A segregação entre a cidade oficial e a periferia é mais forte do que em qualquer outra cidade brasileira.

Logo, a inauguração de Brasília trouxe a necessidade de se erradicar do Plano Piloto essa mesma parcela social. Eliminaram parte dos acampamentos dos trabalhadores, fixados ao redor das obras (Codeplan, 1969, p. 7). Os candangos foram afastados de Brasília e alienados de seu trabalho, jogados a um destino que não era aquele construído nas superquadras residenciais de Brasília, mas, que estava nas favelas e nos aglomerados da periferia. Efetivamente, a centralidade dos empregos e das atividades continuaram, o que se descentralizou foi apenas a possibilidade de moradia, habitação, circulação e lazer de parte dos trabalhadores no centro da capital: “a utopia ficou congelada no plano piloto, tombado como patrimônio histórico” (Maricato, 1997, p. 38).

3.2 Utopia

Não podemos cometer o erro de reduzir a cidade [...] à sua dimensão simbólica (utópica), ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto. O que queremos dizer é que a utopia da cidade de Brasília nos faz refletir sobre [...] seus moradores, vindos de diversas partes do país e que se acumulam em torno do Plano Piloto, nas dezenas de cidades satélites.
(ALVES, 2005, p. 7).

A filosofia, desde Aristóteles, apresenta a cidade como uma condição necessária para a compreensão da política, da relação com os outros e da existência humana, uma vez que esta não tem sentido fora da *polis*. Do mesmo modo, outros filósofos também estabeleceram

conexão com a cidade. É o que fez Thomas More (1478-1535), por exemplo. Considerado um dos grandes humanistas do Renascimento, em sua obra política *Utopia* (1516), o filósofo britânico criou um lugar cujos alicerces são a igualdade e a dignidade. Seus habitantes vivem pelo bem comum, em harmonia, dedicados ao trabalho, ao lazer e à prática das virtudes. Assim é *utopia* — do grego *ou*: advérbio de negação, e *topos*: lugar (significando literalmente “lugar nenhum”), mas que poderia ser também *eutopia*, do grego *eu*: que remete à ideia de bem e, em um certo sentido, significa lugar-comum de todos —, um lugar criado por More após observar como o sistema econômico-político de seu tempo promovia todas as formas de empobrecimento e exclusão social. A partir desta comunidade imaginada, ele propõe o exercício de expor as contradições, os conflitos e problemas da sociedade.

A sua obra também ficou para sempre incorporada ao vocabulário universal como o significado de todo sonho generoso de renovação social. Na verdade, o termo adquire “um sentido pejorativo ao se considerar esse ideal como irrealizável e, portanto, fantasioso. Por outro lado, possui um sentido positivo quando se defende que esse ideal contém o germe do progresso social e da transformação da sociedade” (Japiassú, Marcondes, 1996, p. 267).

Numa leitura possível da obra, quando o filósofo imagina a vida dos habitantes na ilha de Utopia, nem sempre é o caso que ele está apelando para um mundo fantástico, com leis diferentes do mundo real, para criticar as instituições inglesas e suas injustiças (A UTOPIA..., 2001, p. 10–11). E “More demonstra, mais ou menos explicitamente, que a aplicação desses mesmos critérios à civilização europeia resultaria num considerável aperfeiçoamento da vida comum de povos do Ocidente.” (2001, p. 11).

Dessa maneira, ao imaginar uma cidade sem desigualdades, a alegoria de More inspira reflexões sobre projetos de sociedade ao longo da história. É evidente que a sistemática concentração de recursos e serviços em determinadas áreas, em detrimento de outras, reproduz desigualdades sociais e contradiz o ideal de uma cidade para todos. A comparação entre Utopia e as cidades reais, convida, portanto, a uma reflexão acerca das dinâmicas urbanas contemporâneas.

Em nosso entender, a visão do filósofo sobre uma sociedade ideal, onde a justiça social e a igualdade permeiam todos os aspectos da vida, encontra um paralelo no planejamento de Brasília, concebido por Lúcio Costa. A busca por uma nova ordem urbana, livre das desigualdades e mazelas das cidades, pode ser um ponto em comum entre ambas as obras. Assim como More imaginou uma cidade perfeita, Costa projetou uma capital que representasse a esperança de um futuro mais justo e equitativo para o Brasil, materializando, em certa medida,

os ideais do precursor dos grandes utopistas em um contexto histórico e social completamente diferente.

No entanto, no artigo *A construção de Brasília: Uma contradição entre utopia e realidade*, Lara Moreira Alves (2005, p. 6-8) argumenta que, apesar de Brasília ter sido “concebida como a representação utópica de uma ideologia capitalista, tradutora de um pensamento poético de grandiosidade e monumentalidade; (...) uma obra de arte coletiva em pleno planalto central”, a cidade, todavia, se revela como um organismo vivo e complexo, moldado pela história e pelas pessoas que a habitam.

A ideia de uma cidade ideal, planejada em detalhes, de acordo com a autora (2005, p. 6), é uma ficção que não corresponde à realidade urbana, marcada pela diversidade, pela desordem e pela história. Conforme suas palavras (2005, p. 6),

apesar de Brasília ter sido concebida como uma cidade ideal, como uma “*urbs*” – um ambiente arquitetônico planejado –, percebe-se que ao longo da História vem se transformando em um organismo vivo e contraditório, uma cidade que, como tantas outras, tem muitas comunidades e identidades.

Concluindo, o urbanismo modernista seria ideal para o novo momento moderno do Brasil, para o nacional-desenvolvimentismo do período Kubitschek. Alves (2005) defende que a utopia de Brasília, enquanto cidade ideal e símbolo de um novo Brasil, entra em conflito com a realidade complexa e dinâmica da vida urbana. A visão da cidade como uma obra de arte, concebida por um plano modernista, não consegue capturar a essência do lugar, formado por um conjunto de histórias, culturas e identidades diversas.

Logo, a tentativa de reduzir Brasília à sua dimensão simbólica e monumental, representada pelo Plano Piloto, ignora a rica diversidade cultural presente nas cidades-satélites. De acordo com a autora (2005, p. 6), a cidade é feita de pessoas e não pode ser encerrada dentro de planejamentos abstratos, “a cidade ‘ideal’ ou utópica, surgida da suposta onipotência de seu criador, é uma ficção”. A cidade, portanto, transcende a sua arquitetura e urbanismo, sendo moldada pelas vivências e experiências de seus habitantes.

Além disso, a autopromoção de Brasília como representante da identidade nacional é questionada pela autora (2005, p. 7), que defende a necessidade de uma visão mais complexa e abrangente da cidade:

a identidade de uma cidade é caracterizada também pela desordem, pela diversidade e diferença, ou, em outras palavras, pelas pessoas. Não os cidadãos ideais e

imaginados pelos teóricos do planejamento urbano, e sim pessoas reais que nunca aparecem nos desenhos arquitetônicos. Na verdade, a auto-identidade de Brasília é tão problemática quanto a necessidade que foi criada para elegê-la como representante da nossa identidade nacional.

Conforme a sua argumentação, a identidade de Brasília não se limita ao Plano Piloto, mas se estende às cidades satélites e a todas as comunidades que compõem o Distrito Federal.

4. CONCLUSÃO

As questões centrais deste trabalho foram formuladas não para obter respostas definitivas, mas para refletir sobre um dos conflitos presentes na capital brasileira. As perguntas norteadoras — quais os sentidos filosóficos do projeto de Brasília? E como esses sentidos se perderam ao longo do tempo e do espaço, resultando em uma realidade fragmentada e distante do ideal? — buscaram compreender uma das contradições de Brasília, onde o planejamento original se choca com a gestão prática nas Regiões Administrativas. O objetivo, portanto, foi explorar e desenvolver essa problemática.

Antes, para retomar a relação estabelecida entre a filosofia e a cidade, durante a pesquisa, foi possível observar que alguns filósofos estabeleceram conexão com o tema. É o que fez Thomas More, por exemplo. Em sua obra *Utopia* (1516), ele imagina a cidade como um espaço de igualdade e a dignidade. A partir desta comunidade imaginada, ele propõe o exercício de expor as contradições, os conflitos e problemas da sociedade.

Dentre todos esses problemas, aquele que mais interessou ao tema da pesquisa foi a sistemática concentração de recursos e serviços em determinadas áreas, em detrimento de outras. Compreendeu-se que tal problema reproduz desigualdades e contradiz o ideal de uma

cidade para todos. A comparação entre *Utopia* e as cidades reais pôde ser um convite, portanto, à uma reflexão acerca das dinâmicas urbanas contemporâneas.

As considerações que se seguiram exploraram essas possibilidades de análise para o caso específico de Brasília, onde tais problemas são concretos e evidentes.

A primeira ideia central analisada versou sobre o planejamento de Brasília. O desenvolvimento do conceito concebido por Lúcio Costa apresentava um plano cujo resultado seria a “harmonia de exigências de aparência contraditória” (2018, p. 40).

O próprio planejamento e a construção de Brasília, durante o final da década de 1950, ocorreu em um contexto histórico marcado pela busca por modernização e pelo ideal de progresso. Os princípios que orientaram a concepção da nova capital se encontravam no ideal do urbanismo moderno. É através da lógica da cidade funcional que o movimento considera como aposta para as cidades “o caráter de uma empresa estudada de antemão”, onde “sábias previsões (teriam) esboçado (...) (o) futuro (das cidades), descrito seu caráter, previsto a amplitude de seus desenvolvimentos e limitado, previamente, seu excesso” (CIAM, 1933, p. 32).

Além disso, Lúcio Costa, no *Relatório do Plano Piloto de Brasília*, propõe também outros aspectos que não apenas a funcionalidade da cidade. Ele considerava que a convivência entre as diferentes classes sociais seria um pilar fundamental para a construção de uma cidade igualitária. Um exemplo disso é que segundo ele, o espaço das superquadras e o requinte das construções poderiam variar, fazendo com que tivessem valores distintos. Isso permitiria, na concepção dele (2018, p. 38): “a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação”.

Esses são, em suma, alguns dos princípios que orientaram o planejamento da nova capital do Brasil. Os aspectos do urbanismo moderno se mostram contingentes às intenções de solidariedade política e social imaginadas por Lúcio Costa.

Isso porque, ao observar os sentidos filosóficos do urbanismo moderno, foi possível compreender que “processos contemporâneos em grandes cidades” apresentam certa instrumentalização do iluminismo pelo capitalismo (Peluso; Cidade, 2002, p. 5-6). Efetivamente, o contexto material e ideológico em que o urbanismo moderno se insere é aquele que visa à dominação total do espaço e do conjunto de formas urbanas (como se pode perceber na *Carta de Atenas*). Em certo sentido, a raiz de discursos como esse são encontrados ao longo do pensamento iluminista, porque “a visão de dominação da natureza, em particular (mas não restrita a ela), estaria ligada ao duplo ideal de emancipação humana e auto-realização” (2002,

p. 7). Na sua face humanista, tal discurso visava a finalidade desses ideais no desenvolvimento científico. Mas, o mesmo discurso, quando capturado pela lógica do capitalismo fica em segundo plano (2002, p. 6).

Essas são, de acordo com o geógrafo britânico David Harvey, as circunstâncias materiais e ideológicas em que o urbanismo moderno também se insere. Ou seja, enquanto o Iluminismo buscava o progresso e a emancipação humana por uma racionalidade crítica e pelo avanço do conhecimento, o modernismo capitalista sustentou essa busca por um planejamento racionalista que, em vez de promover a libertação e a criatividade, tornou-se um instrumento de padronização e controle social.

Ele argumenta, portanto, que foi o planejamento urbano modernista que orientou o crescimento das grandes cidades dos países centrais do mundo capitalista. Simultaneamente, a política e o comércio internacionais se estabeleceram como processos democráticos de “modernização” para um “Terceiro Mundo atrasado” (Harvey, 1998, apud Peluso; Cidade, 2002, p. 10).

O deslocamento entre as matrizes que fundamentaram o planejamento e a realidade dos processos urbanos no Brasil são resumidas, na tradição brasileira, como “as ideias fora do lugar”. Essa foi a segunda ideia central analisada no trabalho, que versou sobre a prática da gestão urbana, gerando, em Brasília, contrastes com o projeto original.

O urbanismo que se consolidou durante o século XX no Brasil, é aquele que a professora e arquiteta Ermínia Maricato (1997, p. 30) chama de “modernização excludente, ou seja, o investimento nas áreas que constituem [apenas a] cidade oficial”. De acordo com ela (1997, p. 30), isso resulta numa “segregação e diferenciação acentuada na ocupação do solo e na distribuição dos equipamentos urbanos”. Isso porque o caráter destes planejamentos ignora a maioria da população: “o resultado é: planejamento urbano para alguns, (...) lei para alguns, modernismo para alguns, cidadania para alguns” (2000, p. 125).

Consoante à professora, a construção de Brasília exemplifica esse fenômeno. Esse processo tem início uma vez que se cria a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), em setembro de 1956, e começam a ser implantados serviços e infraestruturas básicas que reforçam o poder de atração da nova cidade. De tal forma, em um clima de euforia e expectativa, chegavam ao local em busca de emprego os primeiros candangos. Contudo, por causa do conflito entre a concentração de atividades e infraestrutura no centro urbano e a tendência contrária de dispersão das classes populares para a periferia, a prática do gerenciamento da construção de Brasília acabou por negar a permanência desses trabalhadores e das cidades-

satélites, que passaram, inclusive a serem vistas como uma “deturpação do plano original” (Peluso; Cidade, 2002, p. 17-18). Dessa maneira, muitas dessas localidades tiveram uma urbanização precária, típica das periferias brasileiras, que contrasta com o planejamento do Plano Piloto.

Todo este referencial tentou explicitar o que os sentidos filosóficos do urbanismo moderno falam sobre a desigualdade em Brasília e os motivos pelos quais Brasília, fora do papel, não está de acordo com os preceitos humanistas da *Carta de Atenas*.

Para retomar a reflexão sobre *Utopia*, a ideia aqui proposta tentou elaborar que a visão de Thomas More sobre uma sociedade ideal encontra um paralelo no planejamento de Brasília, concebido por Lúcio Costa. E que a busca por uma nova ordem urbana, livre das desigualdades e mazelas das cidades, pode ser um ponto em comum entre ambas as obras. Da mesma forma em que More imaginou uma cidade perfeita, Costa projetou uma capital que representasse a esperança de um futuro mais justo e equitativo para o Brasil.

No entanto, outra ideia é importante e precisa ser considerada: a de que “não podemos cometer o erro de reduzir a cidade [...] à sua dimensão simbólica, ou a uma monumentalidade superficial e distante, concentrada apenas no Plano Piloto” (Alves, 2005, p. 7). A ideia de uma cidade ideal, planejada em detalhes é uma ficção que não corresponde à realidade urbana, marcada pela diversidade, pela desordem e pela história (2005, p. 6).

Para concluir, a ideia de cidade se mostrou, durante a pesquisa, mais como um organismo vivo e complexo, moldado pela história e pelas pessoas que a habitam, do que um plano fechado em si mesmo. É de grande relevância manter os estudos e análises atualizados na construção de novas perspectivas sobre a cidade, para que a utopia de Brasília (no sentido de um ideal que contém a raiz do progresso social e da transformação da sociedade) seja também refletida sobre seus moradores, vindos de diversas partes do país, que ergueram a cidade, e que se arranjam em torno do Plano Piloto, nas dezenas de cidades satélites, formando um conjunto de histórias, culturas e identidades diversas.

5. REFERÊNCIAS

ADORNO; HORKHEIMER. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ALMEIDA, Maria Cecília Pedreira; REIS, Helena Esser. DOSSIÊ PENSAR A CIDADE. **Revista *Philosophos***, v. 23, n. 2, jul./dez. 2018.

ALVES, Lara Moreira. **A Construção de Brasília**: Uma contradição entre utopia e realidade. I Encontro de História da Arte - IFCH/UNICAMP, 2005.

A quem pertence a cidade? **Cidade lugar comum!** YouTube, 22 de abril de 2020. Disponível em: <https://youtu.be/cZtvyuSl3o8?si=Dyx-oNn20asOWLQa>. Acesso em: 10 set. 2024.

CIAM. **Carta de Atenas**. Atenas: IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>
Acesso em: 17 ago. 2024.

Companhia de desenvolvimento do Distrito Federal (CODEPLAN). **Sugestões para erradicação de habitações sub-humanas do D.F.** (Invasão do IAPI – Vila Tenório). 1969.

JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3ª ed. rev. e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. - São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, *et al.* Brasília, 60: da utopia moderna à realidade brasileira. **Nexo Jornal**, 21 abr 2020. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/especial/2020/04/17/brasil-60-da-utopia-moderna-a-realidade-brasileira>>. Acesso em: 29, jul. 2024.

MARICATO, Ermínia. **As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias** In: A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MORE, Thomas. **Utopia**. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo: Lafonte, 2017.

_____. **A Utopia**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2003.

PELUSO Marília Luiza; CIDADE, Lúcia Cony Faria. **Urbs e civitas em Brasília: Um diálogo impossível?** Espaço & Geografia, Vol.5, No 2 (2002).

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Relatório do Plano Piloto de Brasília.** Brasília: IPHAN, 2018. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/lucio_costa_miolo_2018_reimpressao_.pdf>. Acesso em: 18, ago. 2024.

SHAEFFER, Maria de Fátima Castilhos. **Segregação socioespacial no Distrito Federal.** Florianópolis, SC: *Katálysis*, v. 6, n. 2, jul/dez. 2003.

SOUZA E SILVA, Jailson de. Só existe Cidade quando todos experimentam a Urbe a Polis. **Instituto Maria e João Aleixo.** Maré, Rio de Janeiro - RJ, 30, nov. 2018. Disponível em: <<https://imja.org.br/publicacoes/tpost/vmaup8v9p1-s-existe-cidade-quando-todos-experimenta#:~:text=Tradicionalmente%2C%20os%20termos%20Urbe%20%E2%80%93%20Ode,lugar%20das%20favelas%20periferias%20nela.>> Acesso em: 14, jul. 2024.